

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Após divulgar seu balanço, Petrobrás entra na carteira de corretoras	2
Título: Petrobrás lucra e está vencendo ‘grave doença’	3
Título: Superávit comercial cresce 22,5% em fevereiro e chega a US\$ 3,6 bi	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Se correr o bicho pega	5
Título: Petrobras já estima perdas de R\$ 24,2 bi com ação trabalhista.....	6
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Lições de Brumadinho.....	9
Título: Vale pode ser multada em 20% da receita.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Justiça bloqueia mais R\$ 50 milhões da Vale.....	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/03/2019****Seção: Economia****Autor: Renato Carvalho****Título: Após divulgar seu balanço, Petrobrás entra na carteira de corretoras**

Após a divulgação dos balanços do quarto trimestre de 2018, a Petrobrás continua ou foi incluída nas carteiras recomendadas das corretoras para a próxima semana, ou para o mês de março. Além dos números divulgados, os analistas apostam em boas perspectivas para 2019, principalmente com venda de ativos e redução do endividamento.

A equipe do Santander ressalta que o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação a amortização) da petroleira ficou 5% acima das estimativas do banco, “o que revela que a companhia conseguiu entregar um resultado satisfatório mesmo com as adversidades de um petróleo em queda no quarto trimestre de 2018”.

Outro ponto destacado pelo Santander é o nível de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/Ebitda, que caiu de 2,9 vezes para 2,3 vezes. “Por fim, o foco em venda de ativos e investimentos em áreas de alto retorno foi reiterado pela atual administração, o que nos dá confiança de que a Petrobrás está no caminho correto para entregar melhores resultados trimestrais à frente”, diz o banco.

Para a Mirae Asset, o resultado da Petrobrás no quarto trimestre veio em linha com o esperado, e o lucro líquido de R\$ 25,8 bilhões em 2018 reverteu o prejuízo de R\$ 446 milhões do ano anterior. “O foco da empresa deverá ser a manutenção da atual política de preços, redução do endividamento, nenhum subsídio para o óleo diesel, expectativa de solução sobre a cessão onerosa no curto prazo e desinvestimentos. O papel tem bom potencial para continuar se valorizando em Bolsa”, dizem os analistas.

A Terra Investimentos também manteve Petrobrás PN em sua carteira para a próxima semana. O ponto mais destacado pela equipe de analistas é o “intenso comprometimento para redução da dívida”. Nesse sentido, a Terra destaca os vários ativos elegíveis para venda, como TAG e Braskem. “Mas a arrecadação dependerá do modelo a ser adotado e variáveis vigentes durante as negociações, destaca a Terra, lembrando ainda que “riscos geopolíticos no mundo mantêm pressão de alta no Petróleo”. A Terra lembra ainda a cessão onerosa, que deve ter influência no curto prazo.

Petrobrás PN está presente também nas carteiras do BB Investimentos, Bradesco BBI, Coinvalores e Modalmais.

No caso do BB-BI, Petrobrás PN foi a única ação mantida na carteira para a semana. Entraram Alupar Unit, B3 ON, RD ON e Totvs ON. No Bradesco BBI, além de Petrobrás PN, entraram também Suzano ON e Iguatemi ON.

Na Guide Investimentos, houve uma única troca, de Weg ON por Marcopolo PN. Na Mirae, entraram Iochpe Maxion ON, Randon PN e Santander Brasil Unit.

Na Modalmais entraram Suzano ON e BRF ON. A Nova Futura trocou toda a sua carteira. Entraram Minerva ON, QGEP ON, Light ON, JBS ON e Qualicorp ON.

A Planner fez quatro trocas em sua carteira para a semana. Entraram MRV ON, Taesa Unit, Magazine Luiza ON e Suzano ON. O Santander fez uma única troca, com a saída de Rumo ON e a entrada de Suzano ON.

A Terra Investimentos também fez só uma troca, com saída de MRV ON e entrada de BB Seguridade ON. No caso da XP Investimentos, foi retirada Equatorial ON e houve a inclusão de AES Tietê Unit.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/03/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás lucra e está vencendo 'grave doença'

Ao divulgar os bons resultados de 2018 da Petrobrás, que voltou a dar lucro após quatro anos consecutivos de prejuízo, o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, notou que a companhia ainda “está convalescendo de uma grave doença” e que o ano passado “marcou o fim de um ciclo doloroso”. Mas o lucro de R\$ 2,1 bilhões no quarto trimestre de 2018, inferior ao esperado pelos analistas, evidencia que o desempenho da estatal “está muito aquém do desejável”, admitiu Castello Branco.

Entre 2014 e 2017, a Petrobrás acumulou prejuízos de quase R\$ 72 bilhões em valores nominais. Foi o custo da política insensata da ex-presidente da República Dilma Rousseff de venda de combustíveis a preços inferiores aos dos custos de importação. Em 2015, no auge da política de preços subsidiados ao consumidor, a Petrobrás teve prejuízo recorde de R\$ 34,8 bilhões.

Impôs-se o saneamento da companhia e foi o que começou a fazer o governo de Michel Temer na gestão Pedro Parente, à frente da Petrobrás até meados de 2018. Os preços foram reajustados e passaram a seguir as variações das

cotações do óleo bruto no mercado global. O endividamento líquido foi reduzido de US\$ 100,4 bilhões em 2015 para US\$ 69,4 bilhões em 2018 e aumentou o prazo médio de vencimento das dívidas. Cresceu o fluxo de caixa, ao mesmo tempo que a empresa reduzia despesas gerais e administrativas e arrumava a casa após a Operação Lava Jato. Mas a venda de ativos de US\$ 6 bilhões foi inferior ao esperado.

Custos relevantes foram absorvidos, dos quais R\$ 5 bilhões em contingências judiciais, unificação dos campos produtores do Parque das Baleias e pagamento de R\$ 3,1 bilhões em participações especiais. Os acionistas esperavam dividendos superiores aos R\$ 7,1 bilhões relativos a 2018.

A política de corte de custos e fortalecimento de sua atividade principal poderá ser reforçada em futuro breve com novo programa de demissão voluntária (PDV) e, no médio prazo, com a eventual saída das áreas de distribuição e, principalmente, de refino, concentrando ainda mais esforços na exploração e produção. Para 2019, a Petrobrás projeta um aumento da produção e resultados melhores.

Acima de tudo, o que se destaca é a decisão de gerir a Petrobrás com critérios privados, no interesse dos acionistas, a começar da União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/03/2019

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Superávit comercial cresce 22,5% em fevereiro e chega a US\$ 3,6 bi

Apesar do saldo positivo, corrente de comércio recuou, com queda de 15,8% nas exportações e de 21,2% nas importações

A balança comercial brasileira fechou mais um mês no positivo e registrou superávit de US\$ 3,673 bilhões em fevereiro, de acordo com os dados divulgados ontem pelo Ministério da Economia. O resultado foi 22,5% maior do que o registrado em fevereiro do ano passado, quando a balança comercial teve saldo positivo de US\$ 2,999 bilhões. Embora o saldo tenha sido melhor, a corrente de comércio brasileira diminuiu. No mês passado, as exportações somaram US\$ 16,293 bilhões, uma queda de 15,8% ante fevereiro de 2018.

Já as importações chegaram a US\$ 12,620 bilhões, um recuo de 21,2% na mesma comparação. O diretor de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Herlon Brandão, explicou que a queda no volume total comercializado em fevereiro deste ano na comparação com o mesmo mês do ano passado se deve a uma operação envolvendo uma

plataforma de petróleo em fevereiro de 2018. “Pelo lado das exportações, o impacto da plataforma de petróleo foi de US\$ 1,5 bilhão. Pelo lado das exportações, esse efeito foi de US\$ 2 bilhões”, detalhou.

Segundo ele, também houve uma menor demanda por automóveis pela Argentina em fevereiro. “Além disso, houve queda de 30% no preço de petróleo exportado na comparação com o mesmo mês do ano passado”, completou. Brandão destacou o superávit de US\$ 5,865 bilhões na balança de petróleo e derivados nos dois primeiros meses de 2019, com vendas de US\$ 34,872 bilhões e compras de US\$ 29,007 bilhões. “É pouco provável que haja déficit na conta de petróleo e derivados em 2019. O Brasil historicamente era deficitário nessa conta, mas desde 2016 tem obtido superávits”, acrescentou.

Na avaliação do diretor, ainda é cedo para prever o impacto que o acordo comercial entre a China e os Estados Unidos terá sobre as exportações brasileiras, sobretudo nas de soja. “Os EUA são concorrentes do Brasil em alguns produtos. Em 2018, o Brasil exportou mais em função de sobretaxas praticadas entre EUA e China, mas é difícil estimar o impacto para o País com o acordo”, afirmou.

Segundo Brandão, o governo deve anunciar uma projeção oficial para o resultado da balança comercial no começo de abril. “É natural que o superávit comercial brasileiro se reduza em 2019. Há muitas incertezas sobre crescimento mundial neste ano, com impacto na demanda e no comércio global”, acrescentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/03/2019

Seção: Opinião

Autor: André Singer

Título: Se correr o bicho pega

Professor de ciência política da USP é autor de "o Lulismo em Crise".

Escreve aos sábados

Passados dois meses de governo Bolsonaro, quanto maiores os disparates produzidos pela chamada ala psiquiátrica do Executivo (centrada na Educação, nas Relações Exteriores, nos Direitos Humanos e, ao que parece, na própria Presidência), aumenta o poder relativo dos militares levados à Esplanada.

Nesta semana foi o ministro Ricardo Vélez Rodríguez que tropeçou nas próprias pernas com a ideia absurda de filmar crianças cantando o hino nacional. Por

contraste, o vice Hamilton Mourão foi outra vez à Globonews (27/2) mostrar sensatez, garantindo que as Forças Armadas não vão intervir na Venezuela.

A situação apresenta-se tão ruim, que retrocedemos 40 anos, voltando ao regime militar, e ainda damos graças a Deus! Deixada aos cuidados dos civis que atualmente dirigem o Itamaraty, a questão venezuelana poderia descambar para a postura ideológica do presidente norte-americano Donald Trump, maluco que flerta com guerras para resolver problemas internos dos Estados Unidos. Comparativamente, os generais de Brasília guardam, ainda, um mínimo de racionalidade.

Note-se, entretanto, que há método na loucura dos lunáticos planaltinos. A determinação de enfileirar alunos nos pátios escolares e obrigá-los a executar cantos pátrios, com o respectivo envio da documentação em vídeo para o MEC, indica que, na cabeça de tais autoridades, existe mesmo uma “guerra cultural” em curso. Como não conseguem provocar enfrentamento bélico com o comunismo internacional tentam, ao menos, salvar a alma dos brasileiros a ferro e fogo.

O presidente e parte dos seus auxiliares vivem em um mundo paralelo. Por isso, as boutades produzidas na bolha bolsonarista distraem e divertem um público cansado de desgraças. Mas as verdadeiras decisões são tomadas em outro lugar.

Em poucos dias, foi reunido duas vezes conselho composto por chefes dos três poderes com os comandantes das FFAA. O órgão deliberou, primeiro, a conduta diante da crise no país vizinho. Em seguida, na quarta-feira passada, declarou de interesse da defesa nacional o Linhão de Tucuruí, que conecta Roraima ao sistema interligado (SIN) de energia, obra parada há anos.

O objetivo da medida é evitar que o único Estado isolado do SIN continue dependente da Venezuela. Para cumpri-la, contudo, será necessário atravessar terras dos índios Waimiri-Atroari, razão pela qual o assunto estava bloqueado na Justiça. Não por acaso, o relator da proposta aprovada foi o general Augusto Heleno, que dirige o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Síntese: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

Título: Petrobras já estima perdas de R\$ 24,2 bi com ação trabalhista

Após derrota no TST em 2018, por plano de carreira, estatal eleva provisão em R\$ 10 bilhões

O maior esqueleto trabalhista da Petrobras, fruto de negociação polêmica com sindicatos durante as gestões petistas, já soma R\$ 24,2 bilhões.

Após uma série de derrotas na Justiça em 2018, a estatal elevou a estimativa de perdas em R\$ 10 bilhões em apenas um ano.

A questão envolve acordo coletivo de trabalho assinado em 2007, que estabeleceu um piso salarial por região, chamado RMNR (remuneração mínima por regime e nível), equiparando salários da área administrativa aos valores pagos a empregados lotados em áreas de risco.

Na prática, incorporou os adicionais de periculosidade aos vencimentos de todos os trabalhadores, o que representou aumento de 30% para os empregados de áreas administrativas.

Em 2010, empregados lotados em áreas industriais começaram a entrar na Justiça para cobrar o pagamento de adicionais de periculosidade, sob o argumento de que são previstos em lei, e pedir o pagamento retroativo a 2007, quando foram incorporados aos salários de todos os trabalhadores.

Em 2018, obtiveram uma vitória no TST (Tribunal Superior do Trabalho) —por 13 votos a 12, o plenário do tribunal deu ganho de causa aos trabalhadores.

"Prevaleceu o voto do relator, ministro Alberto Bresciani, para quem a inclusão dos adicionais previstos na Constituição e na legislação trabalhista caracterizaria ofensa aos princípios da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da realidade e limitação à autonomia da vontade coletiva", informou o tribunal na época.

Após perder os primeiros recursos no TST, a Petrobras foi ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve a suspensão dos efeitos da decisão de junho até que novos recursos sejam apresentados ao tribunal trabalhista.

Há hoje ações em 12 estados cobrando os adicionais.

Na primeira vez em que o tema apareceu na lista de processos judiciais com perdas possíveis em balanços da estatal, em 2014, havia ações em cinco estados, com valor estimado de R\$ 3,1 bilhões.

Em 2015, a estatal elevou a estimativa para R\$ 11,5 bilhões e, nos anos seguintes, acima de R\$ 14 bilhões. Com as derrotas em 2018, o valor saltou para R\$ 24,2 bilhões.

"Não tem como reformular a decisão do TST", defende o diretor da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Deyvid Bacellar.

Ele diz acreditar, porém, que o valor da ação é menor que o estimado pela Petrobras, pois o tribunal não aceitou integralmente as reivindicações dos trabalhadores.

Em 2016, um grupo de empregados insatisfeitos com as gestões petistas divulgou um dossiê acusando a área de recursos humanos da empresa de beneficiar os sindicatos, que assinaram o acordo, mas logo depois foram à Justiça questioná-lo.

Na época, já falavam em um esqueleto de cerca de R\$ 30 bilhões —incluindo a questão dos adicionais e ações pedindo o pagamento de horas extras para empregados que trabalham em regime de turnos.

Em seu balanço de 2018, a Petrobras estima que a ação valha R\$ 1,3 bilhão. O tema também está no TST, o que significa que a Petrobras perdeu em instâncias inferiores.

Em nota, a Petrobras disse que "defende fortemente seus interesses mediante a adoção de medidas cabíveis".

"Como consequência disso, recentemente foi deferida a suspensão nacional dos processos", disse a companhia.

A empresa não provisionou o valor total das ações —em seu balanço, as provisões para o pagamento de processos trabalhistas somavam R\$ 4,2 bilhões, incluindo a RMNR e outras ações.

Ao fim de 2018, a companhia estimava potencial perda de R\$ 33,4 bilhões com processos de natureza trabalhista, crescimento de 40% com relação ao verificado no final do ano anterior. A alta reflete a revisão da estimativa do valor da ação dos adicionais de periculosidade.

No ano, a Petrobras registrou lucro de R\$ 25,8 bilhões, o primeiro desde 2013, antes da Operação Lava Jato. Nos anos anteriores, porém, o resultado sofreu fortes impactos de provisões para perdas e baixas em valor de ativos.

Em 2017, por exemplo, após três trimestres de lucro, a Petrobras acabou fechando o ano com prejuízo de R\$ 466 milhões, provocado por provisão de R\$ 11,2 bilhões para encerrar ação coletiva nos Estados Unidos por perdas após a descoberta do esquema de corrupção.

A empresa alegou que a negociação reduziu incertezas sobre os impactos financeiros de um eventual julgamento. A última parcela do acordo foi paga no último dia 15 de janeiro.

Nas demonstrações financeiras de 2018, porém, a empresa diz que investidores apelaram da decisão definitiva, sendo que um recurso ainda espera julgamento —em outros casos, a estatal obteve vitória.

O texto diz que, caso as instâncias superiores anulem o acordo, "a companhia pode ser obrigada a pagar quantias substanciais".

Além dos EUA, a Petrobras enfrenta ação coletiva de investidores na Holanda e arbitragens no Brasil e na Argentina —em todos os casos, pedindo ressarcimento por perdas provocadas pelo esquema de corrupção.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Ronaldo Curado Fleury e Júnia Bonfante

Título: Lições de Brumadinho

O Estado brasileiro tem condições de monitorar o cumprimento dos requisitos de saúde e segurança no ambiente de trabalho e, assim, evitar catástrofes trabalhistas como a de Brumadinho? Além da indignação, o devastador acidente de trabalho que ceifou tantas vidas em Minas Gerais conduz à indagação sobre a eficiência da fiscalização, principalmente após a extinção do Ministério do Trabalho.

Cabe à Agência Nacional de Mineração (ANM), com apenas 35 fiscais capacitados para atuar nas 790 barragens de rejeitos de minérios, zelar pela garantia da segurança dessas estruturas em todo o território nacional. Mas a precariedade quantitativa no quadro de pessoal atinge outras importantes áreas.

A Inspeção do Trabalho, remanejada para o Ministério da Economia, é responsável pelo cumprimento da legislação trabalhista. Suas principais atribuições são o combate ao trabalho escravo e infantil, a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, entre outras. Mas o número de auditores fiscais é insuficiente: de 3.644 cargos existentes, 1.317 estão vagos. É o menor número em 20 anos.

Neste contexto de deficiência, boas práticas que otimizem as tarefas estatais devem ser estimuladas e replicadas.

O Ministério Público do Trabalho coordena, desde 2011, um trabalho de cooperação técnica entre diversos órgãos de Estado responsáveis pela fiscalização na área da produção de petróleo e gás, área repleta de riscos para a saúde e segurança do trabalho.

O projeto cooperativo, denominado Ouro Negro, propicia uma proveitosa atuação conjunta: profissionais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis(ANP), Ibama, Marinha do Brasil, Anvisa e auditores fiscais do Trabalho, sob a coordenação de um procurador do Trabalho, efetuam embarques em plataformas para verificar o cumprimento das normas de meio ambiente, das relações de trabalho, das condições de saúde e segurança dos trabalhadores, entre outras. Ao longo de sete anos, foram realizados 46 embarques conjuntos.

A cooperação permite fiscalização multidisciplinar, com intercâmbio de capacitação técnica e atuação direta na obtenção de medidas de prevenção de acidentes e preservação do meio ambiente, por meio de Termos de Compromisso de Conduta ou ajuizamento de Ações Civis Públicas. Um exemplo é o acordo fechado pela Petrobras e BW Offshore para o cumprimento de uma série de obrigações, além do pagamento de R\$ 8 milhões de dano moral coletivo, após o acidente na plataforma na cidade de São Mateus, no Espírito Santo, que causou nove mortes e 26 feridos em 2015.

O Ouro Negro efetivou, também, o aprimoramento do sistema de controle dos detectores de gases e de calibração das válvulas de segurança e dos vasos de pressão nas plataformas próprias da Petrobras; a alteração de norma da Marinha do Brasil (Norman 01) para garantir maior segurança na transferência de pessoal para plataformas e a atuação do Ibama na cobrança de mudanças no gerenciamento da água produzida, um dos principais impactos ambientais do setor de petróleo offshore.

É notória a ineficiência fiscalizatória do Estado brasileiro e a sua incapacidade de impedir tragédias como as de Brumadinho e Mariana. Discursos de afrouxamento das normas ambientais e das de prevenção de acidentes de trabalho não resolverão o problema; ao contrário, farão mais vítimas, por certo.

Urge que experiências como o Projeto Ouro Negro, a propiciar verdadeiras e harmônicas redes de fiscalização, sejam replicadas em ambientes de trabalho com alto risco potencial para saúde e segurança dos trabalhadores, como na mineração. Afinal, a cada manhã, todo trabalhador brasileiro deve sair para trabalhar e, no fim do dia, voltar às suas famílias, são e com vida.

Ronaldo Curado Fleury é procurador-geral do Trabalho, e Júnia Bonfante é procuradora do Trabalho

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/03/2019****Seção: Economia****Autor: DA BLOOMBERG NEWS****Título: Vale pode ser multada em 20% da receita**

Após Brumadinho, governo quer apurar se empresa ocultou informações sobre segurança em barragens de rejeito. Ministério Público de MG consegue na Justiça bloqueio de mais R\$ 50 milhões da mineradora

Autoridades brasileiras do setor de mineração iniciaram uma investigação sobre a Vale que pode levar a uma multa de até 20% de sua receita bruta em 2018, caso seja considerada culpada de encobrir informações referentes a procedimentos de segurança em suas barragens de rejeito. Com base em informações preliminares, o montante poderia chegar a R\$ 25 bilhões.

Em entrevista à Bloomberg, **o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira**, disse que pediu a abertura de um processo administrativo para saber se houve ação da empresa para dificultar a investigação e fiscalização do governo em barragens de rejeitos de mineração, como a de Brumadinho, em Minas Gerais, que se rompeu em 25 de janeiro. No acidente, pelo menos 186 pessoas morreram e 122 continuam desaparecidas. As ações da Vale recuaram 0,72%, a R\$ 46,76.

Em mais um revés para a companhia, que esta semana perdeu a classificação de grau de investimento (selo de bom pagador) pela agência Moody's, o Ministério Público de Minas Gerais conseguiu na Justiça o bloqueio de R\$ 50 milhões da Vale. Desde Brumadinho, a mineradora já teve mais de R\$ 12 bilhões bloqueados.

'PAÍS DO IMPROVISO'

A nova decisão da Justiça busca garantir ressarcimento de prejuízos causados pela evacuação desordenada durante a madrugada de 8 de fevereiro de 492 pessoas, em Barão de Cocais. A retirada de moradores ocorreu porque não foi atestada a estabilidade de uma barragem da Vale na mina de Gongo Soco.

A Justiça determinou ainda que a Vale providencie acolhimento em hotéis, pousadas e imóveis, arcando com custo de alimentação, medicamento e

transporte de todos que tiveram as condições de moradia comprometidas. Se descumprir a decisão, a multa é de R\$ 200 mil por dia.

As declarações do secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia abrem caminho para penalidades com um volume maior de recursos. O código de mineração estabelece um limite de pouco mais de R\$ 3 mil para multas, mas o caso da Vale poderia ser enquadrado na Lei Anticorrupção. Neste cenário, se condenada, a pena máxima poderia chegar a cerca de R\$ 25 bilhões, com base em estimativas de dados preliminares de 2018.

—A lei é clara ao punir as empresas se elas conspiraram para impedir o monitoramento adequado do governo —disse Oliveira. —Solicitei o início da investigação e, agora, a agência de mineração tem 180 dias para apresentar algumas conclusões.

A receita líquida da Vale foi de R\$ 127 bilhões no período de 12 meses encerrado em setembro do ano passado. Em fato relevante, a companhia disse que não foi comunicada nem oficialmente citada sobre a investigação citada pelo secretário e nega ter sido responsável por qualquer dificuldade ou interferência nas investigações ou fiscalizações.

O governo estuda uma forma de mudar o atual sistema de autopolicimento, no qual as empresas contratam auditores independentes para julgar se as barragens são seguras ou não com dados fornecidos pelas próprias mineradoras.

— Este é um sistema que foi projetado para dar errado — disse o secretário. — Estamos estudando a melhor maneira de mudá-lo. O Brasil precisa deixar de ser o país do improviso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/03/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Justiça bloqueia mais R\$ 50 milhões da Vale

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) conseguiu o bloqueio de mais R\$ 50 milhões da Vale para garantir ressarcimento de prejuízos causados em evacuação desordenada em Barão de Cocais. Desde a tragédia de Brumadinho, a mineradora já teve R\$ 12,6 bilhões bloqueados e foi obrigada a fazer um depósito judicial de cerca de R\$ 7 bilhões.

Segundo o MPMG, 492 pessoas tiveram de deixar as localidades de Gongo Soco,

Tabuleiro, Piteiras e Socorro, em 8 de fevereiro, sob o risco de serem atingidas no caso de rompimento da barragem de Laranjeiras. A estrutura fica em Barão de Cocais, mas atende ao Complexo de Brucutu, que fica no município de São Gonçalo do Rio Abaixo e teve a licença suspensa.

As localidades de Barão de Cocais foram as primeiras a terem os moradores retirados após a tragédia de Brumadinho. Desde então, áreas impactadas por pelo menos outras cinco barragens, além das de Brumadinho, também foram evacuadas. A decisão foi tomada à medida, principalmente, que as empresas que auditavam essas estruturas começaram a se recusar a atestar a segurança.

No comunicado distribuído ontem, o MPMG destaca que a Justiça considerou, na decisão, que o bloqueio de bens é “essencial, considerando-se o envolvimento da Vale, nos últimos anos, em desastres ambientais de grande magnitude e em outras ações de evacuação de pessoas”.

O MPMG também determinou que a Vale adote medidas para garantir aos desalojados assistência integral. Segundo informações divulgadas pela Vale no fim da semana passada, cerca de mil pessoas estão fora de casa por precaução. “Esses atos concretos, quando ilícitos, geram reflexos patrimoniais ainda desconhecidos, mas capazes, certamente, de comprometer o patrimônio da empresa, de tal modo a tornar impossível a reparação dos prejuízos suportados pelos moradores”, afirma o MPMG no comunicado. Procurada, a Vale ainda não se posicionou sobre o novo bloqueio.

Temor

Moradores de Macacos, em Nova Lima, que foram levados para hotéis da capital depois da evacuação preventiva no distrito receberam ordem, ontem, para voltarem para casa e outros para mudarem de estabelecimento. A convocação foi feita de última hora e gerou transtorno e desconfiança a muitas famílias temerosas do retorno, uma vez que a área continua com risco de alerta 2. O MPMG foi acionado e impediu a retirada das pessoas.

A evacuação ocorreu no último dia 16 à noite. Na quarta-feira, as coordenadorias de Defesa Civil de Minas Gerais e da cidade de Nova Lima autorizaram as pessoas que moram fora das Zonas de Autossalvamento (ZAS) a retornar para suas casas. A medida deveria abranger nove famílias e 24 pessoas que moram no Condomínio Solar da Lagoa, em Nova Lima.

A decisão tomada pela Vale inclui pessoas dessa zona e também gente que está com imóveis interditados. Já quem mora em áreas interditadas foram transferidas de hotéis na Região Centro-Sul para um estabelecimento na Pampulha. Os atingidos de Macacos denunciaram terem sido avisados sobre o check-out ontem, pouco tempo antes do horário máximo de saída do hotel, às

12h.

Ao todo, 71 pessoas foram evacuadas, sendo que 43 ficaram abrigadas em hotéis e 28 em casas de parentes. Até o fechamento desta edição, a Vale não tinha informado sobre os motivos da transferência, quantos moradores do distrito foram para outros hotéis e quantos voltaram para suas casas. O MPMG informou, sem dar mais detalhes, que em reunião com a empresa ficou definido que as pessoas ficarão onde estão.

MME / ASCOM .